

# Os riscos de congelar o curto prazo

por Ivo Danway e  
Alexander Nicoll  
do Financial Times

O Brasil intensificou ontem sua guerra de nervos com os bancos credores estrangeiros, apoiando a suspensão dos pagamentos de juros sobre uma dívida a longo prazo de US\$ 68 bilhões, decidida na sexta-feira, com uma nova medida inesperada, congelando os créditos a curto prazo, num total de cerca de US\$ 15 bilhões.

O governo do presidente José Sarney informará os bancos estrangeiros que centralizará os pagamentos sobre todos os créditos comerciais a curto prazo e as linhas do mercado monetário interbancário em contas do Banco Central (BC) no exterior.

A medida parece destinada a impedir a retirada desses fundos, que foram várias vezes renovados em favor das agências de bancos brasileiros no exterior desde que o Brasil experimentou seus primeiros problemas de pagamento, em 1983.

Um banqueiro estrangeiro no Brasil afirmou: "Acho que eles foram longe demais desta vez. Podemos estar no centro de uma tempestade. Ou isso se acalma ou a situação vai deteriorar-se muito rapidamente".

## RISCOS NAS IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES

A ação do Brasil, anun-

ciada pelo BC ontem à noite numa entrevista à imprensa, poderá suscitar sérios problemas legais. Levanta a possibilidade de que os bancos estrangeiros possam apresentar queixas em seus tribunais nacionais, acusando os bancos clientes brasileiros de ter deixado de pagar seus empréstimos.

A medida poderá também criar sérios problemas para o financiamento das importações e exportações brasileiras. Neste ano, o Brasil previu importações de US\$ 15 bilhões e exportações de US\$ 24 bilhões.

Alguns banqueiros locais disseram que haviam recebido ordens por telex para enviar todos os débitos vencíveis ao BC e não diretamente aos credores.

A ação do Brasil contradiz as garantias dadas aos representantes dos bancos estrangeiros no Brasil sabido passado, quando representantes do governo asseguraram que a suspensão indefinida dos pagamentos de juros se aplicaria apenas aos débitos a médio e longo prazo e que não seria adotada nenhuma medida em relação às linhas a curto prazo.

## GARANTIR O CURTO PRAZO

Uma interpretação benigna da última instrução seria a de que o dinheiro está sendo meramente canalizado através do BC para

controlar os fluxos de pagamento e garantir que cada credor cumpra seu compromisso de renovar os empréstimos a curto prazo.

O comitê assessor do Brasil, formado por catorze bancos, exigiu uma explicação da ação sobre a dívida a curto prazo do principal negociador da dívida externa brasileira, Antônio Pádua de Seixas, durante uma reunião em Nova York na terça-feira.

O comitê esperava reunir-se ontem à noite com Seixas para receber mais detalhes.

De acordo com algumas informações autorizadas, durante a reunião de terça-feira, Seixas foi advertido de que um congelamento das linhas de curto prazo poderia ser respondido por ações legais, particularmente por parte dos bancos credores menores que detêm cerca de 20% da dívida de curto prazo do País.

## PRESSIONAR QUEM RECUSAR

A última ação do Brasil surpreendeu os banqueiros porque eles não haviam detectado uma erosão considerável dos créditos de curto prazo, como ocorreu em 1982 e 1983, quando os bancos se recusaram a rolar esses empréstimos, provocando severos problemas de liquidez para os bancos brasileiros.

Se houve alguma erosão, os banqueiros acreditam que a forma melhor de en-

frentar isso seria concentrando-se sobre os bancos que se recusassem a estender as linhas de crédito e não através de uma penalização coletiva.

A ação brasileira deverá ter pouco ou nenhum efeito sobre os credores que simplesmente renovam suas linhas de crédito. Contudo, freqüentemente os credores concordam em renovar as linhas de crédito, mas na realidade recebem pagamentos durante vários dias antes que o empréstimo seja efetivamente renovado. Isso mostra ao banco que o tomador de empréstimo tem liquidez. Neste caso — ou se um credor se recusa a renovar a linha — o pagamento deve ser feito no Banco Central.

## BC VIGIA MOEDA FORTE

O Brasil continua honrando as remessas de dividendos e de lucros, embora o País esteja exigindo que até amanhã estas remessas passem também através do Banco Central.

Embora as autoridades tenham garantido às companhias estrangeiras que este processo é apenas uma medida temporária para evitar vazamentos fraudulentos de moeda estrangeira, existe o receio de que esta exigência se torne permanente.

Apesar dos persistentes desmentidos do governo, há também uma especulação generalizada nos meios

de divulgação e nos círculos empresariais de que as reservas brasileiras em moeda estrangeira sejam substancialmente menores do que os US\$ 3,96 bilhões alegados pelo governo, se forem subtraídas as dívidas pendentes.

## O CASO MELLON BANK

Estão também aumentando as preocupações a respeito da solvência de seis bancos estaduais brasileiros. Os novos governadores estaduais deveriam reunir-se ontem com Sarney, em meio a especulações crescentes de que os seis bancos se recusarão a honrar os compromissos das dívidas feitas pelas instituições, em governos estaduais anteriores, transferindo a obrigação para o governo federal.

As autoridades do governo ficaram furiosas em setembro passado, quando o Mellon Bank de Pittsburgh se recusou a renovar créditos comerciais e empréstimos interbancários de cerca de US\$ 160 milhões. O temor em Brasília é de que outros bancos usem a decisão do governo de suspender seus pagamentos a médio e longo prazo, como um pretexto para cortar suas linhas de crédito.

Os bancos maiores garantiram ao Brasil no último fim de semana que manterão as provisões dos chamados projetos 3 e 4, que cobrem os créditos comerciais de curto prazo e

as linhas interbancárias, a fim de assegurar liquidez ao Brasil e assim acalmar os mercados. Até o momento, não existem provas de que os bancos tenham ignorado tais compromissos.

## CAEM AÇÕES DE CREDORES

As crescentes preocupações a respeito da crise da dívida do Terceiro Mundo puxaram fortemente para baixo as ações dos bancos britânicos na Bolsa de Valores de Londres no dia de ontem, embora posteriormente essas ações se recuperassem de suas quedas mais baixas.

Foram registradas quedas drásticas das ações do Lloyds Bank e do Midland Bank, que são os mais expostos aos azares da dívida latino-americana. As ações do Lloyds perderam 15 pence, para 694 pence, embora durante o pregão tenham caído até a 450 pence. O Midland perdeu 15 pence para 604 pence, depois de atingir 595 pence durante a sessão. O Natwest, que tem apenas uma pequena exposição ao problema da dívida, sofreu também uma queda de 19 pence, para 599 pence. O Barclays Bank perdeu 8 pence, para 542 pence. As transações com todas as ações de bancos foram excepcionalmente intensas.

Houve também pressão sobre os títulos dos bancos com grandes empréstimos ao Brasil no mercado de eurobônus.